

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.294 - SP (2019/0224293-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : JOVINO ALVES DE SOUZA  
**ADVOGADOS** : FABIANA DE SOUZA - SP306459  
NATHALIA ALVES DE SOUZA E OUTRO(S) - SP424651  
**RECORRIDO** : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A  
**ADVOGADO** : MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748  
**RECORRIDO** : ROCA SANITARIOS BRASIL LTDA  
**ADVOGADO** : ALINE APARECIDA TRIMBOLI SALVADOR - SP228521

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por JOVINO ALVES DE SOUZA, fundamentado, exclusivamente na alínea "a" do permissivo constitucional, no qual se discute, quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

A questão de direito foi afetada para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1034), o que impõe a suspensão do presente recurso perante o Tribunal de origem, até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 256-L, I, do RISTJ, incluído por meio da Emenda Regimental 24, de 28/09/2016.

Salienta-se, por oportuno, que, após o pronunciamento desta Corte, o recurso especial deve ser analisado na forma prevista nos arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015.

Forte nessas razões, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que permaneça suspenso o recurso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos dos arts. 1.036, § 1º, e 1.037, II, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Ministra